Universidade Federal Fluminense

Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

Curso de Ciências Atuariais

Trabalho de Conclusão de Curso

Aluna: Maria Isadora Maia de Siqueira

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Orientador:
Prof. Dr. Francisco Marcelo Barone

Niterói

Fevereiro de 2019

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Ciências Atuariais da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel e Ciências Atuariais.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Marcelo Barone.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Francisco Marcelo Barone, Dsc
Orientador

_____

Prof. Fernando Freire Bloise, Dsc.
Membro da Banca

_____

Prof. José Geraldo Abunahman,Dsc.
Membro da Banca

RESUMO

A presente pesquisa discutiu a educação financeira e a aplicação do conceito no contexto brasileiro. No Brasil a educação financeira começou a ser discutida em 2005, quando a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) construiu diretrizes para a educação financeira que deveriam ser usadas para fomentar políticas públicas voltadas para o uso consciente do dinheiro e que promovesse uma reflexão sobre o consumo. Foi desenvolvido um estudo bibliográfico com o objetivo geral de discutir a educação financeira e a aplicação do conceito no contexto brasileiro. Os objetivos específicos são discutir o conceito de finanças e a sua relação com o planejamento financeiro, discutir o conceito de finanças sociais e analisar a educação financeira sob a ótica do consumo. Conclui-se que a educação financeira como tem sido discutida acaba condenando individualmente as pessoas pelas suas condições de endividamento, sendo necessário ampliar a discussão para questões macroeconômicas, como a distribuição de renda.

Palavras-chave: Educação financeira. Finanças. Finanças Pessoais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 5

2 FINANÇAS 8

2.1 Finanças Pessoais 9

3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA 10

3.1 A Educação financeira na educação formal 13

3.2 Educação Financeira E Consumo 20

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 25

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 28

Lista de Abreviaturas:

OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

CNC: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

IPEA: Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais

1 INTRODUÇÃO

Buscando esclarecer como os homens acumulam riquezas no decorrer da história, vários teóricos elaboraram estudos e justificativas fundamentadas nas diferentes teorias econômicas, realizando uma historicização da humanidade e conduzindo a uma indagação sobre como as relações capitalistas são estruturadas. Huberman (1986), falou sobre o acúmulo de riquezas da Idade Média até os dias atuais, esclarecendo a evolução do conceito de trabalho como modo de produzir riquezas, do dinheiro e do acumulo de capital no decorrer do tempo.

Na Idade Média o dinheiro não era necessário porque não havia necessidade de comprar qualquer coisa. Com exceção do ferro e do sal, tudo que era consumido era de produção do feudo. Nos Séculos XI e XII, por meio das Cruzadas, a Europa Ocidental viu que era possível ampliar sua rota comercial por meio do transporte de mercadorias para outros feudos, feito pelos mercadores. Esse foi o ponto de partida para o surgimento do comércio, das indústrias e da produção do campo.

A cidade era abastecida pela produção do campo, e os insumos vindos das áreas rurais fomentavam a produção industrial e comercial. O aumento da população demandou um aumento também da produção para abastecer os mercados. Os servos foram, aos poucos, se tornando os trabalhadores pagos, donos de pequenos comércios ou arrendadores de terras. Paulatinamente foram surgindo mudanças nas relações comerciais, que implicaram em uma mudança também na relação dos homens com a terra, que poderia ser comprada, vendida ou trocada sem nenhuma relação com o feudo.

As indústrias começaram a mudar também os seus processos de produção e os artesãos viram nessa emergência de um novo modelo econômico a possibilidade de terem seus próprios negócios. Começaram a surgir pequenas corporações de artesanato, que também estavam preocupadas com o bem-estar dos profissionais associados a elas. Começou a

ser definido um comportamento fraterno e protecionista nas relações comerciais. Não eram aceitos estrangeiros nesses espaços.

Nos séculos XVI e XVII, o mercantilismo começou a ser expandido por meio das grandes navegações, organizadas para a exploração de novos mercados, configurando um novo tipo de organização, fundamentada na sociedade de ações.

Adam Smith escreveu o livro “A Riqueza das Nações” no ano de 1776. Nele foi realizado um estudo da economia do século XVIII, voltado para a compreensão das mudanças econômicas decorrentes do surgimento do capitalismo. Ele estudou as relações de trabalho, o sistema financeiro e o capital que girava em torno do capitalismo emergente.

Para Smith (1996), o que estimulava o surgimento e o uso da moeda era a divisão do trabalho, pois acreditava que o trabalhador era capaz de satisfazer as suas necessidades por meio das trocas. Smith (1996) colaborou muito para que as novas relações de trabalho fossem entendidas sob um viés teórico. A sua obra é tão atual quanto fora no século XVIII, evidenciando as relações que se perpetuam desde o surgimento do capitalismo entre o trabalhador, o empregador e o capital. No entanto, o uso do papel moeda transcende a necessidade.

Os homens foram, ao longo do tempo, buscando cada vez mais entender o processo de produção e de multiplicação do dinheiro, com foco em fazer com que cada vez mais o dinheiro circule e renda, sem que para tanto ele necessariamente esteja associado a uma produção.

O dinheiro é parte importante da vida na sociedade capitalista. Por meio dele as pessoas conseguem satisfazer suas necessidades pessoais alinhadas com as demandas de um contexto econômico no qual somos constantemente induzidos a consumir.

Nem todas as pessoas se inserem no mundo capitalista do mesmo modo, e muitas delas, não conseguem produzir dinheiro suficiente para atender às suas demandas de consumo e sobrevivência. Deste modo, muitos vivem à

margem da sociedade, em condições precárias de existência e sem acesso a elementos que constituem as suas necessidades básicas.

Outros, no entanto, apesar de possuírem acesso ao dinheiro de modo que possa obter todos os benefícios da sociedade capitalista, não sabem utilizá-lo de modo eficiente, o que contribui com o aumento do endividamento e com perturbações na saúde, na qualidade de vida e nas relações de trabalho.

Nesse contexto, a educação financeira surgiu como um modo de informar as pessoas sobre a importância do uso consciente do dinheiro. Trata-se de um conteúdo transdisciplinar, que pode ser discutido em diferentes espaços e níveis da formação formal e para o qual o interesse acadêmico tem se voltado no século XXI, dadas as crises econômicas que tem surgido em grandes países e nos países emergentes.

Desse modo, o presente estudo, de caráter bibliográfico, pretende discutir a educação financeira no contexto brasileiro. O objetivo geral é discutir a educação financeira e a aplicação do conceito no contexto brasileiro. Os objetivos específicos são discutir o conceito de finanças e a sua relação com o planejamento financeiro, discutir o conceito de finanças sociais e analisar a educação financeira sob a ótica do consumo.

A pesquisa se desenvolveu sob uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico. Buscou realizar uma revisão de literatura sobre o tema, pesquisando em indexadores científicos, bancos de dados de teses e dissertações, livros e documentos, artigos e textos relacionados sobre o tema, a partir dos seguintes descritores “educação financeira”, “educação financeira pessoal”, “educação financeira domiciliar”, “teoria da educação financeira”.

Trata-se de um estudo relevante na medida em que procura auxiliar no entendimento dos comportamentos que as pessoas dão aos seus recursos pessoais, relacionados às questões financeiras vividas e também com o desenvolvimento da economia do país.

2 FINANÇAS

A palavra finanças deriva da palavra francesa *finance,* usada para representar uma fonte de renda. Gitman (2010) define finança como a ciência da gestão do dinheiro. Esse conceito considera que a maioria das pessoas adultas tem algum tipo de finança, na medida em que inclui todo tipo de atividade financeira. Gitman (2010) afirma que existem planos financeiros de longo prazo, considerados os estratégicos e de curto prazo, considerados operacionais.

Ross et al. (1995), defende a existência de diretrizes para o planejamento financeiro, que incluem metas, diferenciação entre metas e situação corrente e elaboração de estratégias para que as ações para alcance da meta sejam alcançadas. Brealey e Myers (1988) acrescentam que um planejamento financeiro bem executado está relacionado ao seu acompanhamento sistemático em relação ao ambiente. Eles indicam que o planejamento financeiro depende de dois aspectos, que são a prospecção dos efeitos decorrentes da tomada de decisão e a análise dos seus acontecimentos.

Os dois fatores consistem em oportunidades ou entraves para as escolhas. O planejamento não é necessário somente em ocasiões pontuais, mas ele é importante para toda a vida. Quem planeja precisa projetar resultados das ações decorrentes do planejamento, realizar uma avaliação periódica e verificar as intempéries que possam afetar os resultados em relação ao que foi planejado.

Helfert (2000) acredita que uma projeção financeira só pode ser realizada por meio da identificação da tendência do mercado no momento, tendo em vista uma projeção para momentos futuros. Um investimento em um negócio não pode considerar somente o cenário atual. Um exemplo é o caso dos sorvetes de iogurte que durante um ou dois anos foram o sucesso dos verões, como também as chamadas paletas mexicanas, picolés grossos recheados de diferentes modos. Foram negócios com tendência sazonal, cujo crescimento estagnou e conduziu muitos empreendedores ao fracasso.

Helfert (2000) oferece informações teóricas que auxiliam empresários na definição de um plano financeiro, ao definir algumas relações básicas. O seu modelo pode ser adaptado para uma realidade mais simples, como a de uma família ou de um indivíduo.

Para ele, primeiro é necessário ter a clareza de todas as contas e despesas para, a partir de então, se elaborar uma análise da participação de cada despesa na receita da família.

Desta maneira, o modelo de planejamento financeiro será eficaz no acompanhamento e na avaliação contínua da situação financeira individual, institucional ou familiar, permitindo que sejam planejadas ações em favor do alcance de metas e objetivos.

2.1 Finanças Pessoais

As finanças pessoais como objeto de estudo tem crescido na medida em que surgem novas demandas pela compreensão de como as pessoas se relacionam com o dinheiro. Alguns autores conseguem relacionar as finanças pessoais ao que é realizado em ambientes corporativos, como nos trabalhos de Bitencourt (2004); Camargo (2007); Diel (2001) e Rhoden (1995).

Existe, no entanto, autores que defendem que a decisão financeira tomada pelo administrador é o que determina o desempenho da organização. No caso do planejamento financeiro pessoal, Sousa e Torralvo (2004) defendem que ele é fundamental no combate ao endividamento da população.

A principal ideia do planejamento financeiro pessoal consiste em oferecer ferramentas para que as pessoas ou as famílias consigam planejar a vida financeira e ter o orçamento organizado.

O planejamento financeiro pessoal se fundamenta nos elementos que constituem a educação financeira e que são importantes para a vida familiar, como a poupança, o crédito consciente e os riscos do consumo sem controle.

3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005), define a educação financeira como a construção de referências voltada para a oferta de informações sobre produtos financeiros, riscos e conceitos à toda a população.

> No Brasil, os bancos não apenas oferecem créditos especiais como procuram convencer as pessoas a contratar empréstimos mesmo se estas não têm necessidade. Essa situação foi provocada, especialmente, pelo aumento dos benefícios sociais nas últimas décadas, dentre os quais se destaca o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, instituído pela Constituição Federal de 1988 (BUAES, 2015, p. 2).

Por meio da oferta de informações claras, por parte das instituições financeiras, as pessoas são capazes de confiar em suas decisões e de desenvolverem habilidades para a tomada de decisão, gerando um bem-estar financeiro e trazendo benefícios para toda a economia, visto que pessoas endividadas param de consumir.

A educação financeira significa o processo pelo qual os consumidores melhoram a compreensão de produtos financeiros no qual eles adquirem um maior conhecimento de riscos e oportunidades financeiras do mercado, adotando decisões com informações adequadas.

Uma educação totalmente financeira traz benefícios visíveis para toda a sociedade, reduz os riscos de perdas financeiras e encoraja os consumidores a planejar e guardar, também contribuindo com isso de maneira a evitar o superendividamento.

> Espera-se que consumidores alfabetizados financeiramente pesquisem o mercado de forma eficaz, acompanhem atentamente as empresas e exerçam poder de expulsá-las do mercado caso sejam desonestas ou indiferentes às necessidades dos consumidores. Assim sendo, temos posta uma concepção de educação financeira que pretende reforçar as capacidades do consumo responsável para regular a si mesma e a outros agentes do mercado (BUAES, 2015, p. 3).

Qualquer cidadão em sua vida diária toma decisões financeiras. Essas decisões irão acompanhá-lo e preservá-lo durante um grande período da sua

vida. Algumas escolhas como a aquisição de uma casa e o pagamento de impostos ou a realização de uma compra não deixam claro aparentemente o quão complexo é esse compromisso que ele acaba de assumir. Até a chegada da crise atual foram poucos indivíduos que consideraram importante a necessidade de garantir um conhecimento básico por parte dos cidadãos em educação financeira. A crise vivida nos últimos anos foi precedida por um período de crescimento econômico caracterizado pelo acesso generalizado dos cidadãos aos produtos financeiros, contendo baixas taxas de juro, tornando atrativo qualquer investimento, sem perceber o risco assumido e as consequências indesejáveis que poderia acontecer a médio prazo.

Para proteger os cidadãos, é essencial que haja uma padronização que regulamente e garanta que os produtos financeiros cumpram as normas em vigor e informem aos potenciais consumidores as características dos produtos, seus riscos e possibilidades. Não sendo suficiente essa regulamentação, os consumidores deveriam receber um treinamento básico, mesmo que em idade escolar, que lhes permita decidir racionalmente como levar seus investimentos.

A educação financeira é importante pois ajuda a familiarizar os cidadãos com questões financeiras, obtendo maior conhecimento dos produtos e serviços financeiros adaptados às suas necessidades pessoais e familiares que facilitam a escolha do produto, avaliando seus riscos e ganhos, ajudando a prevenir possíveis fraudes e endividamento excessivo com investimentos rasos.

> A particularidade brasileira desse crescente endividamento ocorre principalmente pelos seguintes produtos e serviços financeiros: cartão de crédito, de acesso restrito às camadas de renda mais alta na década de 1980, hoje amplamente ofertado e que corresponde à maior parcela de endividados; crédito consignado, regulamentado no governo Lula já em seu primeiro ano de mandato, que facilitou a cessão de créditos para funcionários públicos, aposentados e pensionistas; crédito imobiliário, priorizando as camadas de rendimentos mais baixas nos anos 2000, principalmente com os recursos disponíveis para o programa Minha Casa, Minha Vida após 2009; e o crédito para compra de automóveis, facilitados com a expansão da produção do setor automotivo. Outros serviços financeiros, como cheque pré-datado, cheque especial e carnês do comércio, também representam parcelas importantes do endividamento. Contudo, com a facilitação das outras modalidades,

> estes apresentam um decréscimo constante de seu uso (RIBEIRO, 2016, p. 1).

Falar sobre Educação financeira é muito importante para toda a população, independentemente da fase da vida em que se encontram e seu nível de renda. As crianças vão entender o valor da poupança e do dinheiro, os adolescentes vão entender conceitos que irão prepará-los para viver de forma independente e adultos serão capazes de planejar decisões básicas, como a compra da casa da família, a financiamento de estudos, aposentadoria, etc. esse conhecimento vai favorecer a confiança e a estabilidade do sistema financeiro.

A falta de educação financeira está associada a fatores diversos como nível socioeconômico, sexo, idade, escolaridade, fatores culturais entre outros aspectos. Em relação ao nível socioeconômico, observa-se que pessoas com maior renda possuem maior conhecimento em finanças e uma atitude positiva em relação à poupança, diferentemente daqueles com menor renda. A maior renda está diretamente relacionada à maior poupança, porque é mais fácil cobrir as necessidades básicas e também com a necessidade de administrar esses recursos, o que favorece o uso de produtos financeiros.

Outro fator importante está ligado à idade. Essa correlação se deve ao fato de os adultos terem mais experiência no uso de produtos e serviços financeiros. No entanto, os jovens e os maiores de 60 anos geralmente apresentam maiores deficiências no conhecimento básico de finanças. Deve-se notar que, embora os níveis mais elevados de educação estejam positivamente correlacionados com maiores conhecimentos financeiros, mesmo para os mais altos níveis de escolaridade o grau de educação financeira tende a ser baixo.

Por esta razão, a educação de um indivíduo pode não ser um bom indicador do seu nível de conhecimento financeiro.

Jacob *et al*. (2000, *apud* LUCCI *et al*., 2006) defendem que o uso da expressão “financeira” está associado ao dinheiro e aos seus modos de uso, contemplando a emissão de cheques, o uso de cartão de crédito, o pagamento de contas, a elaboração de orçamentos, a geração de boletos e a realização de grandes transações bancárias. A palavra “educação”, por seu lado, está

diretamente relacionada à produção de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento de práticas, termos, normas sociais e atitudes voltadas para o entendimento do uso e da alocação de recursos.

A educação financeira é muito importante para os consumidores, pois ela faz com que a gestão dos recursos pessoais seja possível. O próprio capitalismo depende do desenvolvimento da educação financeira, pois pessoas endividadas não compram e empresas endividadas não contratam e não geram novos consumidores (MATTA, 2007).

Nesse sentido, a educação financeira é um modo de preservação dos recursos que também pode ser interpretada como um modo de manipulação de receitas, despesas e investimentos, com o objetivo de manter o bem-estar financeiro da família ou do indivíduo.

Conhecer o modo como o dinheiro é operado, as taxas de juros e de rendimentos, e informações sobre uso consciente do credito é importante para que as pessoas determinem atitudes que devem ser tomadas no dia a dia para o seu bem estar financeiro.

No que se refere aos hábitos cotidianos, existem diferenças entre as análises dos especialistas em finanças em comparação com o consumidor. Em geral o homem comum só percebe que está com problemas financeiros quando o seu poder de compra é reduzido. Ele não costuma realizar projeções de médio e longo prazos.

3.1 A Educação financeira na educação formal

Pode-se destacar como uma característica fundamental da educação financeira seu caráter dinâmico, porque é um fluxo de informação que treina indivíduos para gerenciar as informações recebidas e não um conjunto de conhecimentos inertes, como afirmam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para a Matemática:

> (...) os conteúdos matemáticos fornecem o instrumental necessário para a compreensão dos dados e informações colhidos em atividades sobre a situação de trabalho e emprego, salários,

> estudos comparativos de preços de produtos, verificação de vantagens e desvantagens das compras a crédito (BRASIL, 1998, p. 370).

Portanto, é um processo que contempla as necessidades dos indivíduos ao longo da vida, a complexidade do mercado financeiro, seus produtos e serviços, bem como a maior acessibilidade à oferta financeira pela sociedade em geral.

A educação financeira deve ser dirigida a indivíduos, famílias e empresas em especial às pequenas e médias empresas, dadas as suas características, que geralmente não têm órgãos consultivos ou funcionários, seus proprietários possuem pouca ou nenhuma capacitação econômica e financeira, tomando muitas de suas decisões por impulsos ou palpites.

Nos últimos anos, tem havido um alerta sobre a necessidade de treinar cidadania na educação financeira para evitar a tomada de decisões erradas em questões econômicas, que podem levar a perdas patrimoniais, endividamento excessivo, etc. e por isso que várias organizações internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – a OCDE, sugere que a educação financeira seja mais eficaz nas idades mais jovens. É por isso que também devemos considerar, a necessidade de incluir educação financeira e econômica nas diferentes etapas educação e sua integração no currículo.

A OCDE divulgou uma pesquisa em 2005 em que recomenda princípios e diretrizes para a Educação Financeira. Alguns deles:

> 1. A educação deve ser promovida de uma forma justa e sem viés, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesse particular.
>
> 2. Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adaptarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
>
> 3. O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação

> do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor. (OCDE, 2005).

Há um crescente reconhecimento que considera como um instrumento essencial para o desenvolvimento da sociedade de hoje ter formação em educação financeira, partindo do ideal de que esta formação lhes permitirá ter um melhor e maior gerenciamento e controle de seus recursos financeiros.

Antes de tudo, seria necessário considerar o que é a Educação Financeira e o que estudar, seguindo a definição da OCDE:

> A educação financeira é o processo pelo qual os consumidores de serviços financeiros/investidores melhoram sua compreensão de conceitos e produtos financeiros e, através da informação, a instrução e/ou a conselhos objetivos, desenvolvem suas habilidades e confiança de tal forma que eles podem se tornar conscientes dos riscos e oportunidades (financeiros), tomar decisões informadas, saber onde procurar ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar sua proteção e bem-estar financeira. (OCDE, 2005, p. 31).

O interesse em educação financeira aumentou em todo o mundo por várias razões, entre outras pela sofisticação e desenvolvimento dos mercados financeiros, seus produtos e a consequente transferência dos riscos assumidos para as famílias, como o principal responsável por suas decisões financeiras.

O baixo nível de educação financeira tem sido destacado em todos os países pertencentes à OCDE, bem como em países em desenvolvimento, causando um déficit na compreensão financeira, subestimando as necessidades e sem a percepção da necessidade de formação financeira por parte dos agentes envolvidos. Esta situação dá origem a efeitos negativos indesejáveis como um aumento acentuado do nível de endividamento dos consumidores, baixa previsão de poupança futura e falta de cobertura de risco importante entre outros.

A OCDE, nas suas recomendações, estabelece a necessidade de promover programas de educação financeira destinados a todos os cidadãos, para adaptar-se às necessidades e características de cada grupo populacional e cobrindo aspectos essenciais, como planejamento financeiro, endividamento,

seguros e pensões. Esses programas de educação financeira devem começar na escola.

A OCDE analisou o nível de educação financeira dos cidadãos em 15 países e o impacto dos programas de educação trazidos nesses diferentes países. Em todos eles constata-se que os cidadãos têm dificuldades na gestão da sua situação financeira e se expõem à riscos.

No PCN+ também encontramos diretrizes sobre algumas competências e habilidades ligadas à Educação Financeira:

> [...] reconhecer e utilizar símbolos, códigos e nomenclaturas da linguagem matemática; por exemplo, ao ler embalagens de produtos, manuais técnicos, textos de jornais ou outras comunicações, compreender o significado de dados apresentados por meio de porcentagens, escritas numéricas, potências de dez, variáveis em fórmulas. Ler e interpretar diferentes tipos de textos com informações apresentadas em linguagem matemática, desde livros didáticos até artigos de conteúdo econômico, social ou cultural, manuais técnicos, contratos comerciais, folhetos com propostas de vendas ou com plantas de imóveis, indicações em bulas de medicamentos, artigos de jornais e revistas. Compreender a responsabilidade social associada à aquisição e uso do conhecimento matemático, sentindo-se mobilizado para diferentes ações, seja em defesa de seus direitos como consumidor [...]. Conhecer recursos, instrumentos e procedimentos econômicos e sociais para posicionar-se, argumentar e julgar sobre questões de interesse da comunidade, como problemas de abastecimento, educação, saúde e lazer, percebendo que podem ser muitas vezes quantificados e descritos através do instrumental da Matemática e dos procedimentos da ciência (BRASIL, 2002, p. 111-116).

Existe uma alta correlação entre o nível de cultura financeira e o status socioeconômico. Uma mudança positiva é observada nos padrões de comportamento de consumidores que participam de programas de Educação Financeira.

Por outro lado, o investimento em educação financeira pode gerar benefícios para todas as partes interessadas. Indivíduos verão proveito com maior confiança na tomada de decisões financeiras dando-lhes uma melhor posição para negociar, produzindo em pequenas e médias empresas um clima adequado para o seu crescimento e desenvolvimento.

Uma maior capacitação dos cidadãos terá um efeito maior sobre a demanda por produtos financeiros oferecidos nos mercados financeiros. Esta melhor formação também terá um impacto positivo nas agências reguladoras,

assim como governos, ao criar uma situação de maior estabilidade econômica que promove o desenvolvimento.

Esta definição mostra a natureza dinâmica da educação financeira, no caso de um fluxo de informações e treinamento de indivíduos para gerenciar essas informações recebidas, é, portanto, um processo com uma duração prolongada que cobrirá toda a vida do indivíduo, sua acessibilidade à oferta financeira, seus serviços e produtos e os riscos que deles são derivados. Isso deve contribuir para o ajuste do consumo e do investimento em função de risco, necessidades atuais e expectativas futuras de indivíduos, famílias e empresas, fundamentalmente as de pequeno e médio tamanho.

Com base na recomendação da OCDE, cabe ao Brasil desenvolver estratégias de educação financeira adaptadas ao seu contexto e circunstâncias específicas, para isso a colaboração de agentes envolvidos, sendo as instituições públicas e privadas as entidades e instituições financeiras que devem desempenhar um papel fundamental no processo. A Educação Financeira complementará a regulamentação das instituições de financiamento e proteção do consumidor, não as substituirá, o que é essencial para proteger os consumidores.

A educação financeira é uma expressão que parece limitada exclusivamente para especialistas no campo econômico, mas não é assim. Hoje todas as pessoas, para o desdobramento da vida cotidiana, devem conhecer termos e adquirir conhecimento econômico e financeiro.

Não esqueçamos que no cotidiano das famílias existe a necessidade de se manter contas bancárias abertas, realizar compras em parcelas, cartões são usados para fazer compras e sacar dinheiro de caixas eletrônicos, empréstimos são solicitados, etc. Além disso, é lido e ouvido através da mídia palavras que precisam ser entendidas, tais como: impostos, inflação, taxas de juros, orçamentos, excedente, etc.

A Educação Financeira deve estar disponível para os consumidores mesmo de idades mais precoces, introduzindo temas de acordo com as necessidades dos alunos. Como afirma Sthephani (2005):

> Cada indivíduo participante do processo de formação do ser humano tem uma parte de responsabilidade nesse processo de mudança pela qual a educação passa. E a educação financeira vem ser um elo entre várias áreas do conhecimento, no sentido de fazer com que trabalhem juntas e formem na epistemologia do aluno, conceitos capazes de instrumentalizá-lo para a construção de sua autonomia (STHEPANI, 2005, p.12).

Os currículos dos assuntos financeiros na educação formal devem se articular cuidadosamente de acordo com os níveis dos alunos, para que eles alcancem uma compreensão básica da situação que ocorre no mundo econômico e financeiro em torno deles.

Wernke (2004) defende que o valor da formação acadêmica sobre finanças é importante para a conservação da integridade financeira. Prossegue dizendo que existem hábitos e comportamentos relacionados às finanças por meio dos quais é possível identificar o grau de conhecimento de uma pessoa sobre o assunto e que aumentam as suas chances de uma tomada de decisão assertiva sobre o uso consciente do dinheiro. Pessoas que possuem formação sobre finanças são as que tomam decisões mais assertivas e aquelas que não possuem informações são as que tendem a tomar decisões mais arriscadas. Em geral são pessoas que ostentam coisas fugazes, como carros e itens de consumo e que são incompatíveis com os seus rendimentos.

Pires (2007) corrobora, afirmando que as finanças pessoais são uma necessidade da atualidade e devem ser tratadas como um campo do conhecimento, pertencendo aos estudos da administração e da economia.

Para Pires (2007) o objetivo das finanças pessoais é garantir que as despesas individuais e familiares sejam sustentadas por recursos próprios e não com o uso de financiamentos ou empréstimos. Também está entre os fins do planejamento financeiro pessoal a capacidade de distribuir as despesas em proporcionalidade às receitas, equilibrando as necessidades de consumo com as de poupança.

Em casos de extrema necessidade nos quais se usa o capital de terceiros, as decisões devem ser tomadas de acordo com a capacidade

financeira. As metas pessoais também devem ser listadas e incluídas no planejamento financeiro para que possam ser atingidas.

Devem ser listadas as necessidades e também os desejos, estabelecendo uma comparação entre aquilo que é necessário comprar, o que é desejável comprar e o poder de compra da pessoa ou do grupo que planeja comprar.

Deve-se buscar caminhos para crescimento do patrimônio pessoal, de modo a se atingir a independência financeira, evitando a contratação de empréstimos ou financiamentos voltados para o atendimento de necessidades de consumo.

Para que tais objetivos sejam alcançados, é necessário um conhecimento mínimo da lógica do mercado e do dinheiro. O sucesso financeiro não depende de um conhecimento extenso sobre o mercado ou a macroeconomia, mas pessoas sem nenhum conhecimento relacionado ao assunto são aquelas que mais encontram dificuldades de planejamento financeiro ao longo da vida.

Ross *et al* (1998) defendem o planejamento financeiro como uma metodologia voltada para o alcance de metas financeiras. Ele é um caminho para que a pessoa ou o grupo seja capaz de descrever contextos distintos de evolução em médio e longo prazos, estabelecendo variáveis de cenários otimistas ou pessimistas e permitindo a visualização e análise de diferentes opções de investimento e financiamento. Também é por meio do planejamento, segundo os autores, que somos capazes de analisar as melhores opções de investimento e financiamento; tornar planos viáveis, e se preparar para eventualidades, como o desemprego, a morte ou outras situações de risco financeiro.

Para Halfeld (2011), ao planejamento financeiro pessoal é orientado por uma regra básica, conhecida por qualquer pessoa, que é a de não se gastar mais do que se ganha. O planejamento financeiro deve ser iniciado com a elaboração de um plano, seguido por um fluxo de caixa que terá registrada toda a movimentação das receitas familiares de um determinado período.

3.2 Educação Financeira E Consumo

O consumo consiste no uso de produtos e serviços para satisfazer nossas necessidades ou desejos. Quando adquirimos bens e serviços de forma descontrolada, porque erroneamente entendemos que isso implica maior satisfação pessoal e até felicidade, falamos de consumismo.

> Consumir é um imperativo que interpela, cada vez com mais intensidade, os sujeitos a buscarem a satisfação de desejos. É justamente a perspectiva da promessa de satisfação de desejos que move a economia das sociedades contemporâneas. Portanto, a sociedade do consumo para existir precisa da produção dos objetos, mas, sobretudo, necessita da destruição deles para manter-se em movimento (BUAES, 2015, p. 1).

Hábitos como acumulação de produtos desnecessários, ostentação ou desperdício são típicos do consumismo. O consumismo implica uma série de efeitos negativos no nível individual, como saúde mental e situação financeira, e também em nível coletivo, como em recursos naturais e sobre o meio ambiente.

O consumidor que sabe o que realmente precisa, que escolhe os produtos e serviços certos por qualidade e preço, que não gasta desnecessariamente, que conhece seus direitos, que minimiza o impacto de seu consumo sobre os recursos naturais e o meio ambiente e que é crítico com empresas que não são socialmente responsáveis é um consumidor inteligente.

Nos últimos anos, associações de consumidores e usuários, ecologistas e outras organizações em redes sociais acrescentaram outros qualificadores ao consumo, como responsabilidade, ética, saúde, sustentabilidade ou solidariedade.

Buaes (2015) estudou os hábitos de consumo de idosos de classes populares no Brasil e as possibilidades de ações educativas voltadas para a educação financeira desse público, por meio de uma pesquisa participante realizada entre mulheres na faixa etária acima de 65 anos. Os resultados indicaram a educação financeira apresentou resultados positivos em relação à decisão de contratação de crédito consignado, aumentando a autoestima das participantes em relação ao poder de decisão financeira. Para Buaes (2015)

> No contexto brasileiro, nos últimos anos, novos consumidores foram *descobertos* por meio da ascensão das classes populares para as camadas médias e do aumento do poder de consumo de idosos. Essa transformação anima a economia e desperta o interesse para o surgimento de negócios voltados a atender as demandas desses segmentos. Nesse sentido, os idosos dos grupos populares vêm sendo vistos no Brasil como novos consumidores (BUAES, 2015, p. 2).

A estabilidade financeira de idosos aposentados torna esse grupo um público de interesse de instituições bancárias provedoras de créditos, na medida em que as parcelas podem ser descontadas diretamente na fonte pagadora, reduzindo os riscos de inadimplência.

> A melhora da condição financeira dos idosos também passou a despertar especial interesse de diferentes instituições financeiras. Os órgãos bancários, através de suas publicidades, atraem milhões de idosos a cada ano para a contratação de créditos, sobretudo *o consignado*, levando ao crescente endividamento da população (BUAES, 2015, p. 3).

É importante destacar a participação das instituições bancárias no endividamento da população idosa, haja vista a existência de inúmeras ações de marketing voltadas para a o estímulo à contratação de créditos e financiamentos. Contatos telefônicos, campanhas televisivas e em mídias impressas exaltam as possibilidades de solidez financeira, ajuste das finanças pessoais e realização de sonhos de consumo por parte desses indivíduos. “Os idosos de classes populares tendo em vista a melhora de sua condição financeira estão recebendo, cada vez mais, atenção especial dos bancos e empresas financeiras” (BUAES, 2015, p. 3).

Esse estímulo ao consumo contribui com o endividamento dos idosos. Existe um problema nas discussões sobre educação financeira, inclusive naquelas propostas pelos organismos internacionais, que acabam tornando o indivíduo responsável pela sua condição de endividamento. Existe um estímulo ao consumo que é estrutural. A necessidade de consumir é a necessidade de pertencimento à sociedade de consumo.

> Numerosos são os consumidores que estão constantemente se endividando para consumir produtos e serviços. Dentre os produtos do mercado financeiro que mais facilmente são acessados pela população encontram-se os cartões de crédito e as diferentes linhas de crédito. Portanto, é a sensação de insatisfação e de estar defasado em relação à atualidade das próprias experiências, bem

> como a busca de pertencimento que impulsionam, muitas vezes, o sujeito a consumir além de duas condições financeiras (BUAES, 2015, p. 4).

Para ser reconhecido como parte da sociedade e ter nela uma posição de credibilidade, o indivíduo é impelido a consumir produtos e experiências que o qualifiquem como pertencente à determinadas classes sociais.

> O consumo também é impulsionado pelo fato de que cada vez mais as mercadorias possibilitam identidade, pertencimento e reconhecimento social, configurando-se indicadores de distinção entre classes e grupos. Desse modo, as práticas de consumo estão vinculadas a uma identificação do sujeito como pertencentes a determinado estrato social, grupo etário, gênero, estilo de vida dentre outros marcadores de pertencimento social (BUAES, 2015, p. 4).

O consumo, então, não é motivado por fatores intrínsecos, mas uma construção social. No entanto, a mesma sociedade que impele o indivíduo a consumir o responsabiliza pelos seus excessos e endividamento.

Ribeiro (2016) discute que, no Brasil, o índice de endividamento das famílias chega a 45%, e que ele é consequente dos baixos níveis de renda da maioria da população. Para o autor, a educação financeira não dá conta de resolver o problema da baixa distribuição de renda no país, no qual grande parte dos cidadãos precisa sobreviver com menos de um salário mínimo por mês.

O tema educação financeira é multidisciplinar e também amplamente debatido no âmbito da administração e das ciências contábeis. Gestores de empresas, economistas e *coaches* financeiros apresentam a educação financeira como uma solução para o endividamento da população e para a construção de um futuro financeiro estável.

Entretanto, o debate acerca da educação financeira parece explicar os problemas de endividamento das famílias com o argumento da falta de planejamento financeiro individual, tornando o endividado o único culpado pela sua condição. Essa abordagem prejudica a autoestima e pode contribuir com o desenvolvimento de doenças nos trabalhadores, que se sentem incapazes de gerir suas vidas financeiras.

De acordo com Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2014 aproximadamente 14 milhões de trabalhadores recebiam um salário mínimo de remuneração e outros 18 milhões recebiam esse valor como aposentadoria ou pensão (IPEA, 2014). São famílias que possuem alimentação e moradia, mas para as quais existe pouca ou nenhuma condição de poupança.

Muitos deles precisam utilizar sistemas de crédito bancário para financiar suas despesas básicas, algo que resulta em endividamento. Dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), indicam que 61,3% das famílias brasileiras estão endividadas, das quais 9,5% não terão condições de pagamento. Entre elas, 77,4% estão endividadas com o cartão de crédito, utilizado para a aquisição de produtos essenciais. Cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado e crédito pessoal são os outros principais meios de endividamento apontados pela pesquisa. São meios encontrados por muitas famílias para atender às suas necessidades imediatas ampliando a sua renda por meio de créditos, mesmo que as consequências para a sua obtenção sejam o aumento do endividamento e a redução da renda nos meses seguintes à sua contratação.

Para o IPEA (2017), esse elevado índice de endividamento pode estar relacionado à renda, na medida em que famílias com estabilidade de emprego e renda são aquelas com maiores índices de poupança.

Ribeiro (2016) destaca que o crescente endividamento dos mais pobres tem origem na ampliação das possibilidades de crédito entre trabalhadores de baixa renda no país.

> Apesar de o crédito cedido ser mais modesto para os trabalhadores, é possível identificar que o endividamento e a inadimplência dos trabalhadores, no caso do Brasil dos anos 2000-2015, apontam transformações importantes na dimensão objetiva da classe trabalhadora em relação à sua renda e o consumo. Os produtos e serviços financeiros passaram a ser ofertados para as diversas frações de renda dos assalariados. Se somarmos às políticas sociais compensatórias, destacando-se o programa Bolsa Família, o quadro financeiro adquire a tendência crescente da "bancarização" dos indivíduos (RIBEIRO, 2016, p. 3).

O crédito foi facilitado e os trabalhadores se sentiram capazes de construir hábitos de consumo e participar de experiências que antes lhes eram alheias. No entanto, a falta de conhecimentos sobre os limites do crédito

bancário, taxas de juros e das consequências do uso de meios de obtenção de crédito contribuíram com um contexto de endividamento. Diferente de outros países, no Brasil o endividamento é dado principalmente por meio do uso cartão de crédito e da contratação de empréstimos pessoais e consignados. Nota-se que não somente a necessidade de participar da sociedade de consumo, mas também de atender às necessidades primárias com a obtenção de créditos que aumentam a renda por um determinado período. Esse tipo de crédito está aprisionando os brasileiros de baixa renda que acabam se envolvendo em um ciclo de financiamento de dívidas do qual não consegue sair.

> A manipulação do consumo é um fenômeno intrínseco ao avanço da produção capitalista, desde a fase do *imperialismo* (das grandes corporações e monopólios), mas ganha sua particularidade no atual contexto de *mundialização e financeirização do capital.* A manipulação, como forma típica de estranhamento do capitalismo atual, opera na vida social por meio de ideologias que influenciam e orientam os indivíduos nas formas de consumo (de todo tipo de mercadoria). Esse processo é observável pela cultura da propaganda que modela os estilos de vida dos indivíduos de acordo com a mercadoria consumida. O indivíduo passa a ser o que tem, especificamente é o que consume. A individualidade é confortada pela satisfação das necessidades criadas e impostas pela reprodução do capital. Aqui o sentido do "ter" é o fenômeno que se impõe à essência do *ser*. Nesse caso, o ser social é mediado pelas relações fetichizadas e reificadas de uma socialidade que necessita manter ininterruptamente as necessidades da reprodução ampliada do capital (RIBEIRO, 2016, p. 4).

O autor defende que a educação financeira é um meio que o capitalismo encontrou de manipular as pessoas endividadas, conduzindo-as a crer que elas são as únicas responsáveis pelo endividamento. Desse modo, o Estado e o setor privado se isentam da responsabilidade de um esclarecimento passível de entendimento pelo trabalhador das consequências da contratação de créditos e do consumo em demasia. Também ao trabalhador não é dada a oportunidade de refletir criticamente sobre as condições de remuneração as quais é submetido e como o contexto macroeconômico influência em seu endividamento. Ele passa a crer que o endividamento é individual e cabe a ele a responsabilidade de manter o seu “nome limpo.” O “nome sujo” passa também a ter um valor social, gerando no trabalhador a sensação de fracasso em prover a própria família.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo bibliográfico procurou verificar em que medida a formação em educação financeira pessoal contribui com a tomada de decisão individual e familiar relacionadas a investimentos, despesas e consumo.

Para tanto, buscou-se nos autores que referenciam as discussões sobre finanças e finanças pessoais e elementos que corroborassem a hipótese de que uma formação voltada para a educação financeira contribui com uma tomada de decisão mais assertiva relacionada ao uso do dinheiro pessoal e familiar.

A educação financeira é um conhecimento que pode ajudar a entender os serviços financeiros e obter melhorias na qualidade de vida, e isso garante o consumo responsável, mas tem sido usada como estratégia de isenção do Estado e das instituições financeiras no endividamento da população, construindo uma ideia de que cada pessoa está interessada em seu bem-estar e em como pode investir racionalmente para poder aumentar seus rendimentos e satisfazer economicamente as necessidades que tem com o passar do tempo, cabendo a ela a decisão sobre o que consumir e onde investir. No entanto, essa ideia ignora que no Brasil a maioria das famílias vive com um salário mínimo, sendo difícil atender às necessidades de alimentação e medicamentos, muito menos existindo a possibilidade de poupança.

O uso do dinheiro tem significados culturais e assume diferentes sentidos em determinados grupos sociais. Em comunidades urbanas, as necessidades de consumo não são somente para o atendimento às necessidades essenciais, são também um modo de demonstração de pertencimento ao grupo social dominante. Na sociedade brasileira, sequer as necessidades básicas são contempladas na renda mínima com a qual a maioria da população é remunerada.

Nesse sentido, não se trata somente de educação financeira no sentido de formação individual sobre o uso do dinheiro, mas também da necessidade de desconstrução do consumo como um posicionamento na sociedade e da construção de políticas que permitam ao trabalhador ter acesso a rendas compatíveis com as suas necessidades básicas para que em seguida, ou

concomitantemente, seja possível desenvolver estratégias de educação sobre o uso racional do dinheiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITENCOURT, C.P.V. **Finanças pessoais vs finanças empresariais**. 2004. 85 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

BRASIL. Ministério de Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN+ Ensino Médio: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2002.

BREALEY, R. A. & MYERS, S. C. **Princípios de Finanças Empresariais**. 5 ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1988.

BUAES, Caroline Stumpf. Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular.**Educ. Real.**, Porto Alegre , v. 40, n. 1, p. 105-127, Mar. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362015000100105&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Feb. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/2175-623646496.

CAMARGO, C. **Planejamento Financeiro Pessoal e Decisões Financeiras Organizacionais**: Relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo. Camila Camargo. Curitiba: Universidade Federal do Paraná/Ciências Sociais Aplicadas, 2007. 87f.

CNC. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – 2018**. Disponível em http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_dezembro_2018.pdf. Acesso em fevereiro de 2019.

DIEL, A. C. **Desenvolvimento de um modelo integrado de Planejamento Financeiro e verificação de sua aplicabilidade na indústria de Candies no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Escola de Administração, 2001. 134f.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2010.

HALFELD, Mauro. **Investimentos – Como administrar melhor seu dinheiro**. 1 ed. São Paulo, SP. Fundamento, 2001.

HELFERT, E. A. **Técnicas de Análise Financeira**: Um guia prático para medir o desempenho dos negócios. 9 ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. Tradução: Watensir Dutra. 21 ed. Rio de Janeiro. LTC Editora, 1986.

IPEADATA. **Séries históricas**, 2014, 2017. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em fevereiro de 2019.

JACOB, K. et al. **Tools for survival**: An analysis of financial literacy programs for lowericome families. Chicago: Woodstok Institute, Jan/2000.

LUCCI, C. R. et al. **A influência da Educação Financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos**. IN IX SEMEAD, 2006.

MATTA, R.O.B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. 2007. 214 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD's Financial Education Projet. 2004, 2005, etc.** Disponível em: <http://www.oecd.org/>. Acesso em setembro de 2018.

PIRES, Valdemir. **Finanças Pessoais, fundamentos e dicas**. 1ª ed., Piracicaba: Equilíbrio, 2007.

RHODEN, M. **O planejamento e análise financeira das micro e pequenas empresas têxteis e de confecções**: o atual estágio no RS. Dissertação – Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. 143f.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes; LARA, Ricardo. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 126, p. 340-359, June 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282016000200340&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Feb. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.072.

ROSS, S. A.; WSTERFIEL, R.; JORDAN, B. D. **Princípios da admnistração financeira**. São Paulo: Atlas, 1998.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 41, n. 6, p. 1121-1141, Dec. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600006&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Feb. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Tradução: Luiz João Baraúna. Vol. I. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1996.

SOUSA, A. F.; TORRALVO, C. F. A **Gestão dos Próprios Recursos e a Importância do Planejamento Financeiro Pessoal**. VII Semead, 2004.

STEPHANI, M. **Educação Financeira**: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno. 2005. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS: PUCRS.

WERNKE, R. Considerações acerca de aspectos atuais do cotidiano financeiro de pessoas físicas e jurídicas**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, vol. 118, p. 65-71, outubro/2004.